

# **Demonstrações Financeiras**

## **Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.**

31 de dezembro de 2017  
com Relatório do Auditor Independente

# Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

## Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial .....	4
Demonstração do resultado .....	6
Demonstração do resultado abrangente .....	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido .....	8
Demonstração do fluxo de caixa .....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	10

## **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Acionistas e Diretores da  
**Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.**  
Rio de Janeiro – RJ

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

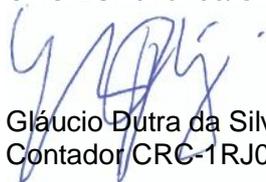
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2018.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6



Gláucio Dutra da Silva  
Contador CRC-1RJ090174/O-4

## Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Balanço patrimonial  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em reais)

	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	70.452.366	82.140.014
Concessionárias e permissionárias	6	23.887.794	18.596.357
Contas a receber - partes relacionadas	20	1.517.761	122.266
Estoques		3.734.965	3.586.305
Adiantamento a fornecedores		802.186	1.020.060
Impostos a recuperar		272.732	10.097.197
Ativo financeiro amortizável e indenizável	7	127.496.802	132.768.349
Outros ativos circulantes		1.052.749	981.048
		<u>229.217.355</u>	<u>249.311.596</u>
Ativo não circulante			
Ativo financeiro amortizável e indenizável	7	544.253.142	552.968.255
Outros ativos não circulantes		15.988.993	15.934.307
Imobilizado		3.275.763	2.684.426
Intangível		70.977	97.594
		<u>563.588.875</u>	<u>571.684.582</u>
<b>Total do ativo</b>		<u><b>792.806.230</b></u>	<u><b>820.996.178</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Balanço patrimonial  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em reais)

	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros		775.045	644.359
Fornecedores - partes relacionadas	<b>20</b>	870.464	6.374
Empréstimos - partes relacionadas	<b>8</b>	55.456.614	54.422.990
Impostos e contribuições sociais		14.720.201	27.597.571
Taxas regulamentares	<b>9</b>	8.569.463	7.305.678
Dividendos propostos	<b>12</b>	609.957	433.765
Outros passivos circulantes		2.502.130	2.197.353
		<b>83.503.874</b>	<b>92.608.090</b>
Passivo não circulante			
Empréstimos - partes relacionadas	<b>8</b>	261.031.380	311.446.405
Outras contas a pagar com partes relacionadas	<b>20</b>	63.213	65.788
Outras provisões - compensação ambiental		5.457.519	4.970.146
Provisão para contingências	<b>10</b>	13.311.706	13.309.025
Impostos diferidos	<b>11</b>	84.510.405	74.717.033
Outros passivos não circulantes		4.549.100	4.154.064
		<b>368.923.323</b>	<b>408.662.461</b>
Patrimônio líquido	<b>12</b>		
Capital social		274.500.000	274.500.000
Retenção de lucros		60.385.762	42.942.657
Reserva legal		5.493.271	2.282.970
		<b>340.379.033</b>	<b>319.725.627</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>792.806.230</b>	<b>820.996.178</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em reais)

	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita operacional líquida	<b>13</b>	116.660.185	125.205.690
Custo da operação	<b>14</b>	<u>(14.444.765)</u>	<u>(11.875.462)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<b>102.215.420</b>	<b>113.330.228</b>
Despesas gerais e administrativas	<b>15</b>	(8.565.252)	(12.186.445)
Outras receitas operacionais líquidas	<b>16</b>	<u>6.869.602</u>	<u>8.093.873</u>
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>		<b>100.519.770</b>	<b>109.237.656</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>17</b>	<u><b>(12.720.825)</b></u>	<u><b>73.468.088</b></u>
Receita financeira		48.269.636	158.900.671
Despesa financeira		(60.990.461)	(85.432.583)
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<u><b>87.798.945</b></u>	<u><b>182.705.744</b></u>
Imposto de renda e contribuição social	<b>18</b>	(23.592.925)	(33.535.727)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<u><u><b>64.206.020</b></u></u>	<u><u><b>149.170.017</b></u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.**

Demonstração do resultado abrangente  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro líquido do exercício	64.206.020	149.170.017
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total de resultados abrangentes</b>	<b><u>64.206.020</u></b>	<b><u>149.170.017</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em reais)

	<b>Capital social</b>	<b>Reserva de lucros</b>		<b>Lucro/ (prejuízo) acumulado</b>	<b>Total</b>
		<b>Reserva legal</b>	<b>Retenção de lucros</b>		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>274.500.000</b>	-	-	<b>(103.510.625)</b>	<b>170.989.375</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	149.170.017	<b>149.170.017</b>
Constituição de reserva legal	-	2.282.970	-	(2.282.970)	-
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	42.942.657	(42.942.657)	-
Dividendos propostos (Nota explicativa 12)	-	-	-	(433.765)	<b>(433.765)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>274.500.000</b>	<b>2.282.970</b>	<b>42.942.657</b>	-	<b>319.725.627</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	64.206.020	<b>64.206.020</b>
Constituição de reserva legal	-	3.210.301	-	(3.210.301)	-
Dividendos intermediários	-	-	(42.942.657)	-	<b>(42.942.657)</b>
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	60.385.762	(60.385.762)	-
Dividendos propostos (Nota explicativa 12)	-	-	-	(609.957)	<b>(609.957)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>274.500.000</b>	<b>5.493.271</b>	<b>60.385.762</b>	-	<b>340.379.033</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do fluxo de caixa  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
<b>Lucro do exercício antes dos impostos</b>	<b>87.798.945</b>	<b>182.705.744</b>
Itens de resultado que não afetam o caixa		
Juros e variações monetárias dos empréstimos	20.738.567	(66.165.551)
Depreciação e amortização	504.199	331.332
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(149.488)	-
Provisão para contingências	2.681	5.791
Provisão para compensação ambiental	487.373	599.932
Outras provisões	395.037	976.925
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Concessionárias e permissionárias	(5.141.950)	(2.838.961)
Contas a receber - partes relacionadas	(1.395.495)	-
Ativo financeiro amortizável e indenizável	13.986.660	(5.027.207)
Estoques	(148.660)	1.490.569
Impostos a recuperar	13.072.945	1.380.119
Adiantamentos a fornecedores	217.875	(462.812)
Outros ativos	(126.387)	(3.364.310)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	992.200	(304.088)
Tributos e contribuições sociais	(14.094.839)	6.059.242
Impostos pagos	(15.830.563)	(3.018.905)
Juros pagos	(15.430.184)	(15.904.516)
Taxas regulamentares	1.263.785	1.140.439
Outros passivos	304.777	521.610
<b>Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais</b>	<b><u>87.447.477</u></b>	<b><u>98.125.353</u></b>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(1.112.239)	(988.676)
Baixa de imobilizado e intangível	43.320	-
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento</b>	<b><u>(1.068.919)</u></b>	<b><u>(988.676)</u></b>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos pagos	(54.689.784)	(55.253.938)
Dividendos pagos	(433.766)	-
Dividendos intermediários	(42.942.656)	-
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b><u>(98.066.206)</u></b>	<b><u>(55.253.938)</u></b>
<b>Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b><u>(11.687.649)</u></b>	<b><u>41.882.739</u></b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b><u>82.140.014</u></b>	<b><u>40.257.275</u></b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>	<b><u>70.452.366</u></b>	<b><u>82.140.014</u></b>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em reais)

### **1. Informações gerais**

A Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. ("SMTE" ou "Companhia") é uma Companhia privada de capital fechado constituída em 14 de dezembro de 2005 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955, sala 1502, Centro, Rio de Janeiro. Possui três filiais localizadas em Goiás, Minas Gerais e no Distrito Federal.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

A Companhia é uma concessionária de transmissão de energia elétrica e foi constituída pelo Grupo Isolux Corsan S.A., que foi vencedor do Leilão 001/2005 - Lote C - ANEEL. A Companhia tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção das instalações do serviço público de energia elétrica da rede básica do sistema elétrico interligado, composto pela Linha de Transmissão 500Kv Serra da Mesa II - Luziania - Paracatu IV - Emborcação e Luziania - Samambaia, localizada nos Estados de Goiás, Distrito Federal e Minas Gerais. Esta atividade é regulamentada pela Agencia Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

#### **1.1. Da concessão**

No dia 27 de abril de 2006, a Companhia assinou com a União o Contrato de Concessão ANEEL nº 003/2006 - Expansão da Interligação Norte-Sul III, trecho 3, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, distribuídas em áreas do Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais:

- (i) Linha de Transmissão 500 kV Serra da Mesa II-Luziania, com extensão aproximada de 310 km, no Estado de Goiás.
- (ii) Linha de Transmissão 500 kV Luziania-Paracatu IV, com extensão aproximada de 118 km, no Estado de Minas Gerais.
- (iii) Linha de Transmissão 500 kV Paracatu IV-Emborcação, com extensão aproximada de 188 km, no Estado de Minas Gerais.
- (iv) Linha de Transmissão 500 kV Luziania-Samambaia, com extensão aproximada de 65 km, nos estados de Goiás e Distrito Federal.
- (v) Subestações de Serra da Mesa II, Luziania, Paracatu IV e Samambaia.

#### **1.2. Receita anual permitida (RAP)**

A RAP foi determinada em aproximadamente R\$66.900.000 (valor histórico) e será corrigida anualmente pelo IPCA e será válida pelos primeiros 15 anos, contados a partir do início da operação comercial. No período restante, perfazendo o total de 30 anos de concessão, a RAP será reduzida a 50% do seu valor original.

A Companhia entrou em operação em 18 de fevereiro de 2008. Em 27 de junho de 2008, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 670, estabeleceu a RAP da Companhia em aproximadamente R\$70.000.000 para o período de 1º de julho de 2008 a 30 de junho de 2009.

Em 28 de junho de 2016, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.098/2016 estabeleceu a RAP em R\$ 131.141.651 para o período de 1º de julho de 2016 a 30 de junho de 2017.

## **Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em reais)

Em 27 de junho de 2017, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.258/2017 estabeleceu a RAP em R\$ 135.897.131 para o período de 1º de julho de 2017 a 30 de junho de 2018.

A receita faturada dos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

### **2. Base de preparação e apresentação**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

No exercício de 2016 houve reclassificações de valores que encontravam-se em outros ativos não circulantes para contas a receber – partes relacionadas (ativo não circulante) no montante de R\$122.266. Não foram efetuadas outras reclassificações nas demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram autorizadas pela Administração em 16 de março de 2018.

#### **2.1. Estimativas e premissas**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

#### **2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira**

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

#### **2.3. Classificação circulante versus não circulante**

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

## **Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em reais)

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

### **3. Resumo das principais práticas contábeis**

#### **3.1. Caixa e equivalentes de caixa**

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

#### **3.2. Concessionárias e permissionárias**

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

#### **3.3. Estoques**

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

#### **3.4. Ativo financeiro amortizável e indenizável**

De acordo com o ICPC 01 (R1) Contratos de concessão, as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão na utilização do modelo de ativo financeiro, classificado como "recebíveis" e registrado ao valor justo.

Os ativos financeiros amortizáveis e indenizáveis incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

## Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em reais)

Na aplicação do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, que define as regras de mensuração e contabilização do ativo financeiro é necessário que os CPC 17 - Contratos de Construções, CPC 30 - Reconhecimento das receitas e CPC 38 - Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração sejam aplicados em conjunto.

### 3.5. Ativo imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seu resultado registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

### 3.6. Ativo intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

### 3.7. Provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

### 3.8. Impostos

#### Impostos sobre serviços prestados

As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 1,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 7,6%. Esses

## Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em reais)

tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

### Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreendeu o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240.000 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

### Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

### **3.9. Provisões para contingências**

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### **3.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

### **3.11. Outros ativos e passivos**

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

## Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em reais)

### 3.12. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

### 3.13. Receita operacional

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

#### Receita de operação e manutenção

A receita de operação e manutenção é reconhecida pelo montante destinado pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão.

#### Receita de construção

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: **(i)** a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; **(ii)** toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e **(iii)** a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo imobilizado em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver.

#### Remuneração dos ativos financeiros

Corresponde a remuneração pela taxa de desconto, que compreende a taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da RAP.

### 3.14. Instrumentos financeiros

#### Ativos financeiros não derivativos

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber partes relacionadas, concessionárias e permissionárias e ativo financeiro amortizável e indenizável.

O saldo e caixa e equivalente de caixa são classificados pelo valor justo e contas a receber partes relacionadas, concessionárias e permissionárias e ativo financeiro amortizável e indenizável são classificados pelo custo amortizado.

Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento, compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia reconhece um ativo financeiro decorrente de contratos de concessão quando possui um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente ou da parte por ele indicada para os serviços de construção ou melhorias prestadas. Tais ativos financeiros são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e classificados como empréstimos e recebíveis. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado.

## Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em reais)

### Passivos financeiros não derivativos

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: empréstimos – partes relacionadas, fornecedores – terceiros e fornecedores – partes relacionadas. Os saldos de tais passivos financeiros são classificados pelo custo amortizado.

A Companhia reconhece títulos de dívidas emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia possui passivos financeiros não derivativos na categoria: Outros passivos financeiros ao custo amortizado - reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

### Desreconhecimento (baixa) dos ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem e/ou quando a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

### Ativos e passivos financeiros derivativos

A Companhia não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos separáveis.

#### **3.15. Fluxo de caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

#### **3.16. Transações com partes relacionadas**

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais

### **4. Novos pronunciamentos técnicos e interpretações**

**4.1.** Aplicação das normas novas e revisadas, a partir de 1º de janeiro de 2017, que não tiveram efeito ou não tiveram efeito material sobre os montantes divulgados no exercício atual e em exercício anteriores:

## Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em reais)

Modificações ao CPC 03 (R2) - Necessidade de inclusão de divulgação de mudanças nos passivos oriundos de atividades de financiamento.

Modificações ao CPC 32 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas.

Modificações ao CPC 45 - Ciclos de melhorias anuais 2015-2017.

**4.2** As normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de das demonstrações financeiras da Companhia são divulgadas abaixo. A Companhia adotará essas normas, tão logo entrem em vigor:

CPC 48 - Instrumentos Financeiros - A norma inclui novos modelos para os três aspectos de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge.

Em 2017, a Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada da classificação e da mensuração, considerando que a Companhia não adota contabilidade de hedge. Tomou por base informações atualmente disponíveis e poderá estar sujeita a mudanças decorrentes de informações razoáveis e passíveis de sustentação que serão disponibilizadas a Companhia em 2018, quando passará a adotar o CPC 48. Em geral, exceto pelo mencionado no tópico de Classificação e mensuração, abaixo, a Companhia não prevê nenhum impacto significativo no balanço patrimonial e na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

(a) Classificação e mensuração - A Companhia continuará avaliando pelo valor justo todos os ativos financeiros atualmente mantidos ao valor justo e espera que determinadas aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários possam vir a ser mensuradas pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, uma vez que espera não só manter estas aplicações, mas também negociá-las de forma relativamente frequente.

As contas a receber, são mantidos para captar fluxos de caixa contratuais e deverão gerar fluxos de caixa representando apenas pagamentos de principal e juros. A Companhia entende que as características contratuais de fluxo de caixa desses instrumentos atendem aos critérios de mensuração de custo amortizado. Portanto, não se faz necessária a reclassificação para esses instrumentos.

A Companhia mantém estudos e discussões no setor de atuação quanto aos possíveis impactos da aplicação da norma. Estas análises e discussões, por sua natureza e complexidade e pela similaridade dos desafios e contratos inerentes a sua área de atuação envolvem não apenas a Companhia, mas outros participantes da indústria em que atua e da comunidade de negócios, tal como a ABRAZONEE - Associação Brasileira de Contadores do Setor de Energia Elétrica.

Até a presente data, não existe entre os participantes do Setor um consenso no que diz respeito a adequada definição quanto à mensuração dos ativos financeiros da concessão, principalmente no que se refere a parcela a ser indenizada pelo poder concedente ao final da concessão. Dessa forma, até a data de conclusão destas demonstrações financeiras, não foi concluída a mensuração da implementação da referida norma contábil vigente a partir de janeiro de 2018. Cabe ressaltar que a Companhia divulga na nota explicativa nº 19.1 os valores de custo amortizado e justo de todo o seu ativo financeiro, incluindo a parcela a ser indenizada pelo poder concedente ao final da concessão e aquela a ser recuperável através da Receita Anual Permitida – RAP.

(b) Redução ao valor recuperável - A norma exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus títulos e valores mobiliários e contas a receber, com base em 12 meses ou por toda a vida. As perdas de crédito esperadas são avaliadas pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes - A norma estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes, onde a receita é

## Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em reais)

reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Companhia planeja adotar a nova norma com início a partir de 1º de janeiro de 2018 com base no método retrospectivo modificado.

A Companhia atua na construção, operação e manutenção e transmissão de energia elétrica, por meio de contratos de concessão estabelecidos em licitações realizadas pelo Poder Público para concessão de serviço público de transmissão.

Prestação de serviços de transmissão - Para contratos com a ANEEL em que geralmente se espera que a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão sejam as únicas obrigações de execução, a adoção da norma não deverá ter impacto na receita e no resultado da Companhia. A Companhia reconhece a receita ao longo tempo, conforme o serviço de disponibilização da rede de transmissão é prestado.

Contraprestação variável - Os contratos de concessão mencionam a parcela variável ("PV"), que consistem em uma parcela a ser deduzida da receita da transmissora em virtude da não prestação adequada do serviço público de transmissão. Atualmente, a Companhia reconhece a receita de transmissão mensurada ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de descontos referentes a parcela variável, que dão origem a uma contraprestação variável. A norma exige que a contraprestação variável seja restrita para evitar o reconhecimento excessivo da receita. A Companhia não espera que a adoção da norma traga alterações, já que a PV reduz sua receita bruta.

Adicionalmente, as multas incorridas pela penalidade na qualidade da prestação do serviço, atualmente são contabilizadas como despesa operacional. A nova regra, item 50 e 51, indica que a receita deve ser reconhecida líquida de descontos, abatimentos, penalidades e outros itens, portanto, a Companhia identifica que as multas a partir de 1º de janeiro de 2018 deverão ser registradas como redutora da receita e não como despesa operacional.

Alocação do preço de venda - A Companhia contabiliza a remuneração do ativo financeiro e o serviço de operação e manutenção como entregas separadas e aloca a contraprestação de forma distribuída entre esses produtos, seguindo o definido nos contratos de concessão.

Na avaliação da Companhia a apropriação da contraprestação e, conseqüentemente, a época do montante de receita reconhecida não serão afetados.

Reconhecimento da receita ao longo do tempo - A Companhia concluiu que os serviços são atendidos ao longo do tempo, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia. De acordo com a norma, a Companhia continuará a reconhecer a receita desses contratos de serviços ao longo do tempo, atendendo ao exigido pela nova norma.

Exigências de apresentação e divulgação - As exigências de apresentação e divulgação da norma são mais detalhadas e como exigido, a Companhia desagrega as receitas reconhecidas de contratos com clientes em categorias que descrevem a natureza, o montante e o fato das receitas e dos fluxos de caixa serem afetados por fatores econômicos. A Companhia possui apenas um segmento operacional.

CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil - estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidência de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários – arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a

## Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em reais)

reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

A norma também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as atualmente.

A norma entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a retrospectiva completa ou uma abordagem modificada da retrospectiva. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções.

Em 2018, a Companhia planeja avaliar o efeito potencial da norma nas suas demonstrações financeiras.

### 5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Bancos	627.630	1.354.934
Aplicações financeiras	69.824.736	80.785.080
	<u><b>70.452.366</b></u>	<u><b>82.140.014</b></u>

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa de 97,5% do CDI.

### 6. Concessionárias e permissionárias

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
A vencer	14.824.384	15.280.360
Vencidas até 30 dias	108.533	753.042
Vencidas até 60 dias	3.300	740.771
Vencidas até 90 dias	3.542	39.344
Vencidas há mais de 90 dias	9.015.332	1.999.625
	<u>23.955.091</u>	<u>18.813.142</u>
(-) PCLD	(67.297)	(216.785)
	<u><b>23.887.794</b></u>	<u><b>18.596.357</b></u>

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. De acordo com as normas do agente regulador, a PCLD deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 180 dias. A Administração, por sua vez avalia as faturas vencidas acima de 180 dias de forma individualizada, e constitui a PCLD julgada necessária. Segue movimentação da PCLD:

## Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Saldo em 1º de janeiro	(216.785)	(216.785)
Reversão	149.488	-
Saldo em 31 de dezembro	<u><b>(67.297)</b></u>	<u><b>(216.785)</b></u>

### 7. Ativo financeiro amortizável e indenizável

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Circulante	127.496.802	132.768.349
Não circulante	544.253.142	552.968.255
	<u><b>671.749.944</b></u>	<u><b>685.736.604</b></u>

Conforme contrato de concessão da Companhia (conforme notas explicativas 1.1 e 1.2) a Companhia reconheceu um recebível de concessão de serviço conforme o valor atual dos pagamentos mínimos anuais garantidos a serem recebidos do poder concedente. A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o ativo financeiro e o de indenização reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, e é apurado comparando o retorno esperado com o valor do investimento.

#### Ativo financeiro - amortizável

As concessões das linhas de transmissão de energia da Companhia são remuneradas pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica e das demais Instalações de transmissão, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão.

#### Ativo financeiro - indenizável

Conforme termo final do contrato de concessão, a extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

A administração da companhia considera que ao final da concessão caberá a Companhia uma indenização. O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos do Tesouro Nacional. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas Concessões das linhas de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica.

### 8. Empréstimos

#### a) Total da dívida

<u>Descrição</u>	<u>Início</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Garantidor</u>	<u>Encargos</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
State Grid International Development Limited (SGID)	12/2013	09/2023	n/a	Libor + 2,85% a.a	316.487.994	365.869.395
					<u><b>316.487.994</b></u>	<u><b>365.869.395</b></u>
Circulante					55.456.614	54.422.990
Não circulante					261.031.380	311.446.405
					<u><b>316.487.994</b></u>	<u><b>365.869.395</b></u>

## Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em reais)

A SGID é uma subsidiária 100% controlada pela SGCC, assim, faz parte do mesmo grupo econômico da Companhia.

Em 20 de dezembro de 2013 e 20 de junho de 2014 a SGID, como garantidora, liquidou, em nome da Companhia, as parcelas referentes ao principal e juros do empréstimo junto ao China Development Bank no montante de USD 21.336.352, correspondente a R\$ 48.934.840. Neste mesmo montante foi contratado, junto a SGID empréstimo a custo de *Libor* + 0,65% a.a. e vencimento em 20 de dezembro de 2014 com pagamentos do principal e juros nesta data.

Em 17 de novembro de 2014, devido a liquidação total do saldo devedor junto ao CDB pela SGID, foi contratado um novo empréstimo ao custo de *Libor* + 2,85% a.a. no mesmo montante de USD 153.636.799,20, correspondente a R\$399.839.770, com pagamentos de principal e juros em 19 parcelas semestrais, iniciando-se em 20 de dezembro 2014 e com vencimento final em 05/09/2023.

No ano de 2016, a companhia pagou principal e juros nos meses de junho e dezembro conforme estipulado no contrato.

No ano de 2017, a empresa pagou principal e juros nos meses de junho e dezembro conforme estipulado no contrato.

Neste empréstimo não há cláusulas de compromissos financeiros e não financeiros e nem ativos dados em garantia.

b) Fluxos de pagamentos futuros da dívida (principal):

	<u>Amortização</u>
2019	54.888.897
2020	54.888.897
2021	54.888.897
2022 - 2025	96.364.689
	<u><u>261.031.380</u></u>

## 9. Taxas regulamentares

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Reserva global de reversão (RGR) (i)	544.650	659.252
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	1.659.326	1.660.761
Pesquisa e desenvolvimento (P&D) (iii)	6.365.487	4.985.665
	<u><u>8.569.463</u></u>	<u><u>7.305.678</u></u>

### (i) RGR

Taxa criada pelo Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei nº 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

O pagamento dessa taxa é regulamentado pelo artigo 1º da Resolução da Aneel nº 23, de 5 de fevereiro de 1999, onde determina que as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica devem pagar à Eletrobrás mensalmente valores tendo como base em 2,5% do investimento e mantém a provisão de 2,5% da receita operacional regulatória.

## Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em reais)

Possíveis diferenças entre pagamento e provisão são ajustadas anualmente através de Despachos emitidos pela Aneel. A Administração da Companhia acompanha a emissão desses Despachos a fim de ajustar os valores pagos e reconhecidos no balanço.

### (ii) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

Em 27 de julho de 2016, através do Despacho 2.012 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a TFSEE relativas as competências de julho de 2016 a junho de 2017 de R\$ 41.965.

Conforme Nota Técnica nº 218/2017 a ANEEL estabeleceu o valor de TFSEE de R\$ 40.531 ao mês, período de julho de 2017 a junho de 2018.

### (iii) P&D

Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação a projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

## 10. Provisão para contingências

### Contingências prováveis (provisionadas)

A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A companhia constitui provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fiscal	10.712.203	10.712.203
Cível	2.500.132	2.500.133
Trabalhista	99.371	96.689
	<u><b>13.311.706</b></u>	<u><b>13.309.025</b></u>

### Contingências possíveis (não provisionadas)

Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Administrativo	847.028	462.771
Fiscal	3.819.786	3.819.786
Trabalhista	17.272	-
Cível	-	188.105
	<u><b>4.683.086</b></u>	<u><b>4.470.662</b></u>

## Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em reais)

### 11. Impostos diferidos passivos

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Impostos diferidos passivos (i)	84.510.405	74.717.033
	<u><b>84.510.405</b></u>	<u><b>74.717.033</b></u>

- (i) Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

### 12. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 274.500.000 dividido em 274.500.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$ 1 cada. A composição do capital social subscrito é como se segue:

	<u>2017 e 2016</u>
SGBH	99,99%
International Grid Holding Limited	0,01%
	<u><b>100%</b></u>

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

c) Dividendos

Até 2015, aos acionistas era garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por ações. Entretanto, o ato societário datado de 21 de outubro de 2016 alterou esse percentual para 1%, com vigência já a partir do exercício de 2016.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro líquido do exercício	64.206.020	149.170.017
Absorção do prejuízo	-	(103.510.626)
Base para reserva legal	64.206.020	45.659.391
Reserva legal (5%)	(3.210.301)	(2.282.970)
Base de cálculo para os dividendos	60.995.719	43.376.421
<b>Dividendo mínimo obrigatório (1%)</b>	<u><b>609.957</b></u>	<u><b>433.765</b></u>

Em 01 de junho de 2017 foram declarados dividendos intermediários no valor de R\$ 42.942.657 através de ata do Conselho de Administração. Esse valor foi pago em 20 de junho de 2017. Nesta mesma data a Administração também pagou R\$ 433.765 decorrente dos dividendos provisionados em 2016.

## Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em reais)

### 13. Receita operacional líquida

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita operacional bruta	<b>144.871.153</b>	<b>152.489.581</b>
Receita de operação e manutenção	22.241.324	22.925.473
Remuneração dos ativos financeiros	122.629.829	129.564.108
Deduções da receita operacional	<b>(28.210.968)</b>	<b>(27.283.891)</b>
PIS	(2.621.154)	(2.433.129)
COFINS	(12.073.194)	(11.207.141)
ISS	-	(11.693)
RGR	(3.971.445)	(3.686.559)
P&D	(1.815.026)	(1.180.059)
CDE	(817.459)	(1.888.117)
TFSEE	(494.978)	(535.645)
Proinfra	(6.417.712)	(6.341.548)
	<b><u>116.660.185</u></b>	<b><u>125.205.690</u></b>

### 14. Custo da operação

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Pessoal	(6.176.161)	(5.401.816)
Material	(585.267)	(941.112)
Serviços de terceiros	(4.416.643)	(1.823.729)
Arrendamentos e aluguéis	(22.699)	(36.489)
Seguros	(183.294)	(147.237)
Tributos	(21.544)	(80.763)
Custo de operação e manutenção	(768.693)	(1.136.434)
Gastos diversos (i)	(2.270.464)	(2.307.882)
	<b><u>(14.444.765)</u></b>	<b><u>(11.875.462)</u></b>

(i) Grupo de gastos diversos refere-se a atividades normais da Companhia de acordo com o plano de contas da ANEEL. Maiores impactos são os gastos de telecomunicação, energia elétrica e custo de compartilhamento de infraestrutura no valor de R\$ 1.506.138 em 2017 e R\$1.941.889 em 2016

### 15. Despesas gerais e administrativas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Pessoal	(5.119.871)	(5.000.516)
Administradores	(1.579.292)	(1.930.939)
Material	(25.987)	(30.028)
Serviços de terceiros	(610.558)	(575.151)
Arrendamentos e aluguéis	(104.715)	(85.880)
Provisão/reversão (i)	149.488	(625.433)
Doações	(658.156)	(944.056)
Depreciação e amortização	(126.971)	(128.168)
Outras	(489.190)	(2.866.274)
	<b><u>(8.565.252)</u></b>	<b><u>(12.186.445)</u></b>

(i) Saldo referente a reversão de provisão de PCLD

## Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em reais)

### 16. Outras receitas operacionais líquidas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Rendas da prestação de serviços (i)	12.575.088	11.051.452
Outras receitas	9.800	-
Tributos sobre a receita	(1.606.503)	(1.227.741)
Pessoal	(2.718.725)	(1.392.369)
Arrendamentos e alugueis	(136.708)	-
Depreciação	(420.548)	(203.165)
Outras despesas	(832.804)	(134.304)
	<u><b>6.869.602</b></u>	<u><b>8.093.873</b></u>

(i) Nesse grupo são registradas receitas e despesas provenientes atividades não vinculadas a concessão: Centro de Operação do Sistema (COS), Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura (CCI) e Compartilhamento de Serviços de Operação e Manutenção (CPSOM).

### 17. Resultado financeiro

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<b>Receita financeira</b>	<u><b>48.269.636</b></u>	<u><b>158.900.671</b></u>
Receitas de aplicações financeiras	7.620.328	9.324.379
Variações cambiais ativas	38.639.321	149.968.851
Outras receitas financeiras	2.482.359	43.488
Tributos sobre receitas financeiras	(472.372)	(436.047)
<b>Despesa financeira</b>	<u><b>(60.990.461)</b></u>	<u><b>(85.432.583)</b></u>
Variações cambiais passivas	(44.510.031)	-
Juros sobre empréstimos - partes relacionadas	(14.867.858)	(83.803.300)
Outras despesas financeiras	(1.612.572)	(1.629.283)
	<u><b>(12.720.825)</b></u>	<u><b>73.468.088</b></u>

### 18. Conciliação do imposto de renda e contribuição social (IR e CS)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	87.798.945	182.705.744
Alíquota nominal - 34%	(29.827.641)	(62.095.953)
Adições e exclusões não dedutíveis	(865.213)	13.221.546
Adição de contribuição social a base do IR	-	(1.856.627)
Variação cambial	(608.222)	29.627.687
Juros indedutíveis	(3.648.278)	(4.880.391)
Incentivos fiscais (Lei Rouanet/Desportivo)	863.677	583.614
Outros	10.492.752	(8.135.604)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	<u><b>(23.592.925)</b></u>	<u><b>(33.535.727)</b></u>
IR e CS correntes	(13.799.552)	(20.004.432)
IR e CS diferidos	(9.793.373)	(13.531.295)
	<u><b>(23.592.925)</b></u>	<u><b>(33.535.727)</b></u>

### 19. Instrumentos financeiros

## Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em reais)

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

Em 2017 e 2016, a Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros.

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

### 19.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

<u>Ativos mensurados pelo valor justo</u>	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa e equivalentes de caixa	5	70.452.366	82.140.014

<u>Ativos mensurados pelo custo amortizado</u>	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Contas a receber - partes relacionadas	20	1.517.761	122.266
Concessionárias e permissionárias	6	23.887.794	18.596.357
Ativo financeiro amortizável e indenizável	7	671.749.944	685.736.604

<u>Passivos mensurados pelo custo amortizado</u>	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Empréstimos - partes relacionadas	8	316.487.994	365.869.395
Fornecedores - terceiros		775.045	644.359
Fornecedores - partes relacionadas	20	933.677	72.162

### 20.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

#### a) Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

#### b) Riscos de taxa de juros

## Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em reais)

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos indexados a taxas de juros prefixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

### c) Riscos cambiais

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em operações empréstimos. A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção visto que os empréstimos da Companhia são contratados junto a SGID, assim, os ganhos e perdas em função da variação das taxas cambiais fica consolidado no Grupo.

#### *Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira*

A Companhia calcula a sensibilidade a uma variação cabível que possa ocorrer na taxa de câmbio do U\$\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, dos empréstimos com contratação em moeda estrangeira. A análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos instrumentos financeiros de moeda estrangeira. O cenário atual é o valor justo em 31/12/2017. Consideramos a mudança na variável de risco de -5% e +5% respectivamente, em:

	<u>31/12/2017</u>	<u>-5%</u>	<u>5%</u>
Empréstimos	316.487.994	(14.328.171)	15.025.952

### d) Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados às contas a receber (concessionárias e permissionárias) são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

### e) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

## Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em reais)

### 20. Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais:

#### 20.1 Ativo

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Contas a receber - partes relacionadas	<u>1.517.761</u>	<u>122.266</u>
Rateio Res. 699/16 – ANEEL (i)	1.393.776	-
Outros	123.985	122.266

#### 20.2 Passivo

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fornecedores / empréstimos - partes relacionadas	<u>317.421.671</u>	<u>365.941.557</u>
Aluguel (ii)	5.893	6.374
Rateio Res. 699/16 – ANEEL (i)	864.571	-
Outros	63.213	65.788
Empréstimos - partes relacionadas (nota explicativa 9)	316.487.994	365.869.395

#### 20.3 Resultado

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Resultado - partes relacionadas	<u>(13.826.688)</u>	<u>(16.414.608)</u>
Despesa aluguel (ii)	(71.541)	(85.880)
Rateio Res. 699/16 – ANEEL (i)	1.112.711	-
Despesa de juros de empréstimo	(14.867.858)	(16.328.728)

- (i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL – Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as empresas compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as empresas envolvidas.
- (ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH.

### 21. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

### 22. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

## Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em reais)

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

<u>Ativo</u>	<u>Tipo de cobertura</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Responsabilidade civil	Risco civil	1.185.216	1.541.033
Seguro patrimonial	Risco operacional	217.314.776	217.314.776
Veículos	Carros	131.217	94.665
		<u><b>218.631.209</b></u>	<u><b>218.950.474</b></u>